

Um referendo em Lisboa para quê?



Tiago Carvalho

O dia 8 de Novembro foi um marco na história do Portugal democrático. Pela primeira vez no país, um grupo de cidadãos – o Movimento Referendo pela Habitação (MRH) – requereu perante a Assembleia Municipal de Lisboa um referendo de iniciativa popular que versará sobre o alojamento local. A ação de grupos pela defesa do direito à habitação tem sido uma constante desde 2017 em Lisboa. Com o alastrar da crise, estes grupos organizaram manifestações, promoveram debates, deram voz às suas causas na comunicação social, denunciaram situações desumanas de despejos e ofereceram apoio direto às populações, muitas vezes sendo a única ajuda disponível para pessoas desesperadas. Fizaram um trabalho de fundo de

mobilização e informação sobre as causas e consequências do atual modelo económico centrado no imobiliário.

No entanto, com a contínua subida dos preços e o crescente desfasamento entre custos da habitação e salários, todas estas ações começaram a ser percebidas como insuficientes, já que as soluções apresentadas pelos governantes até agora pouco ou nada fizeram para resolver o problema. Perante a falta de respostas, um grupo de cidadãos tornou-se ciente da possibilidade de propor um referendo popular que pudesse forçar os decisores políticos a atuar e regular o mercado da habitação.

A atividade do MRH é já um sucesso. Mobilizou e reuniu dezenas de pessoas que se empenharam durante dois anos na recolha de assinaturas no município de Lisboa. Tudo isto implicou um esforço maciço de cidadãos sem apoios que, voluntariamente e sem ganho pessoal, despenderam o seu tempo e energia neste projeto. Esta experiência é importante não só porque força instituições fechadas a responder a estas reivindicações, mas também porque o MRH baseou a sua ação num imaginário político democrático que procurou informar tantas pessoas quanto possível sobre a sua campanha. Para além

disso, recolheu, analisou e difundiu informação sobre o AL e os seus impactos na cidade, colocando o tema no debate público. O contacto direto com mais de dez mil pessoas que assinaram o pedido de referendo é um feito.

Aquando do anúncio da entrega das assinaturas na Assembleia Municipal de Lisboa, rapidamente surgiram críticas a esta proposta que questionam a validade de tal instrumento face à dimensão da crise habitacional, esquecendo-se que, tal como mencionado, até agora não houve qualquer



Pela primeira vez no país, um grupo de cidadãos requereu um referendo de iniciativa popular que versará sobre o alojamento local

resposta a este problema. Num país em que frequentemente se aponta para a baixa participação, é interessante perceber que aquando da mobilização de um instrumento constitucionalmente válido se levantam vozes contra a participação popular. Na verdade, se há algo para que esta experiência aponta em Lisboa é que se deveria repensar esta ferramenta abrindo e facilitando o seu uso como forma de interpelação, não só às instituições, como aos restantes cidadãos. Do que essas vozes críticas se esquecem é que alguns referendos deixaram de ser mecanismos para legitimar decisões políticas, mas podem também ser formas de os movimentos sociais lançarem importantes campanhas de mobilização democrática, como é o caso do MRH.

No dia 3 de dezembro, a Assembleia Municipal de Lisboa votará sobre se a proposta de referendo por iniciativa popular deve avançar para avaliação do Tribunal Constitucional ou se fica por aqui. Se o MRH achou que seria meritório e democrático seguir com esta ação e dar voz aos seus concidadãos, resta agora saber se os nossos representantes também o acham.

Investigador do Centro de Estudos e Investigação em Sociologia do Iscte – IUL